



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

96

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO N. 0003713-48.2007.8.17.0370 (0280553-4)

RECORRENTE: Município do Cabo de Santo Agostinho

PROCURADORA: Natália Augusta Sampaio Silva

RECORRIDA: Climatec Refrigeração Ambiental e Industrial Ltda

ADVOGADO: Arisson Coutinho Reis

RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Junior

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. COBRANÇA DE VALORES. COMPROVAÇÃO EFETIVA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. PROVA EXISTENTE. IMPROVIDO O RECURSO DE AGRAVO.

Trata-se de Recurso de Agravo em Apelação interposto pelo Município do Cabo de Santo Agostinho/PE contra decisão terminativa que negou seguimento à Apelação Cível n. 280553-4.

Em suas razões, o recorrente repete os mesmos argumentos expostos em seu recurso de apelação, a saber, argui preliminarmente, ter havido cerceamento de seu direito de defesa pois, não lhe foi possibilitada a produção de qualquer prova em audiência. Argumenta que, com o julgamento antecipado da lide, não teve oportunidade de provar, através de testemunhas que exerciam atividades perante as unidades de saúde do Município do Cabo de Santo Agostinho, a inexecução dos serviços descritos nas notas fiscais que embasaram o processo executório.

Aduz não existir título judicial reconhecendo o direito da apelada e lhe conferindo segurança jurídica, razão pela qual, impedir, em sede de embargos, a possibilidade de produção de prova testemunhal enuncia a extrema gravidade da nulidade. Pugna, então, o apelante pelo reconhecimento do *error in procedendo*, devendo-se anular a sentença combatida, determinando a remessa dos autos ao juízo originário para a devida instrução processual.

Ademais, argumenta o recorrente que, com base em título executivo extrajudicial, deveria a parte autora ter intentado a competente ação de conhecimento para obtenção da sentença, único título hábil, segundo expressa disposição constitucional, para possibilitar a expedição do precatório requisitório. Requer, portanto, a reforma da sentença, para que, sejam julgados procedentes os embargos e, via de consequência, seja indeferida a petição inicial da Ação de Execução n. 0002534-16.2006.8.17.0370 em virtude da inadequação da via eleita.

Sustenta o apelante que se deve excluir da execução quaisquer valores que excedam os limites contratuais constantes dos autos, de modo a limitar as notas fiscais ao valor de R\$ 18.750,00 (dezoito mil, setecentos e cinquenta reais), por ser o limite contratual previsto para a prestação de serviços contratados. Ademais, aduz serem totalmente indevidos os juros aplicados pela parte embargada nos termos da planilha acostada, o que



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

representa um valor excedente de R\$ 9.295,74 (nove mil, duzentos e noventa e cinco reais e setenta e quatro centavos).

O recorrente insurgiu-se ainda contra a sua condenação ao pagamento de honorários advocatícios, estabelecidos no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, pois acredita tratar-se de valor exacerbado.

Analisando-se detidamente os autos, verifico que a decisão terminativa hostilizada abordou toda a matéria nos limites em que foi posta em Juízo, destarte, devendo o *decisum* injuriado manter-se pelos seus próprios fundamentos jurídicos, expostos a seguir:

"Deflui do cotejo dos autos que a autora-recorrida ajuizou a Ação de Execução Extrajudicial n. 2006.002534-0 contra o Município do Cabo de Santo Agostinho no intuito de exigir o adimplemento dos serviços prestados à municipalidade nos termos do Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre as partes anexado às fls. 22/30. O Município do Cabo de Santo Agostinho/PE opôs os presentes embargos à execução argumentando inexistir comprovação da efetiva prestação dos serviços, o que invalida o título judicial, eis que ausentes a liquidez, a certeza e a exigibilidade. Ademais, sustentou o recorrente, em sede de embargos, que a ação executiva não foi instruída com o demonstrativo de débito atualizado, violando-se o art. 614, inciso II do CPC. Aduziu também que há evidente excesso de execução, em razão da adoção de índices equivocados de correção monetária. O magistrado de primeiro proferiu sentença (fls. 38) julgando improcedente os embargos e determinando o prosseguimento da execução. Eis o teor do *decisum*, *in verbis*: **SENTENÇA** "Tratam-se de embargos oferecidos pelo Município do Cabo em apenso a execução por quantia certa que lhe move Climatec Refrigeração Ltda nos autos em apenso no. 210.2006.002534-0, pela quantia de R\$ 55.114,07. O credor/embargado foi citado e contestou às fls. 13, replicando o devedor/embargante às fls. retro. Relatados, decido. Não há necessidade de produzir mais provas e devo proferir sentença. Não há preliminares e no mérito a controvérsia é saber se é devido o preço cobrado pelo embargado, decorrente do não pagamento pelo Município, de serviços contratados de manutenção em equipamentos hospitalares. Julgo que sim. Isto porque o credor/embargado junta como prova do seu bom direito o contrato firmado com o Município, e ainda as notas fiscais dos serviços prestados. Deveria o embargante ter apresentado a prova do pagamento, afinal nas obrigações de dar, como a de pagar, o ônus da prova é do devedor. As alegações do Município de ausência da comprovação dos serviços e de ausência de título executivo, são frágeis diante dos documentos juntados pelo credor, trazendo verossimilhança ao alegado na inicial da execução. Quanto a excesso de execução argüido pelo Município, indefiro pois caberia ao embargante pelo menos dizer o quanto entende devido, à luz do art. 739-A, § 5º, do CPC. Isto posto, julgo improcedente estes embargos e determino o prosseguimento da execução, pelo que certifique-se tal sentença nos autos principais e dê-se vistas ao credor. Condene o embargante aqui em honorários de 10%



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

97.

do valor da causa. Recorro de ofício desta sentença. PRI.Cabo, 3 de abril de 2011.Juiz Rafael de Menezes" Depreende-se da leitura da referida sentença, que o MM. Juiz a quo, afirmou ser desnecessária a produção de provas e reconheceu ser devido o preço cobrado pela embargada, decorrente do não pagamento pelo Município, de serviços contratados de manutenção em equipamentos hospitalares.Em seu apelo, o recorrente aduz que, em virtude do julgamento antecipado da lide, restou cerceado seu direito de defesa, pois lhe foi impedida a produção de provas, mais precisamente, a demonstração que os serviços referidos pela autora-embargada não foram cumpridos. Diante do suposto *error in procedendo*, requer o apelante a anulação da sentença e remessa dos autos ao juízo originário para prosseguimento e instrução do feito .Examinando detidamente os autos, verifico que a preliminar de cerceamento de defesa arguida pelo recorrente não merece prosperar. Explico.Após a interposição dos embargos à execução, o embargante foi intimado para se pronunciar sobre os documentos acostados pela parte embargada, ocasião em que impugnou as alegações, não havendo violação a seu direito de defesa.É pacífico na doutrina e jurisprudência pátrias, o cabimento de execução por título extrajudicial contra a Fazenda Pública, conforme redação da Súmula n.279/STJ. Ademais, conforme jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, comprovados os serviços prestados pelo particular, o ente público deverá efetuar o pagamento, exceto se restar configurada a má-fé.Em outras palavras, no intuito de averiguar se o título em comento será hábil a instrumentalizar a execução, é necessária a prova da efetiva prestação do serviço.In casu, a empresa exequente fez prova da prestação de serviço, consoante a descrição dos contratos anexados às fls. 22/30. O embargante, quando intimado para se pronunciar acerca dos documentos acostados (fls.31), limitou-se a utilizar alegações genéricas sem trazer aos autos qualquer documento que invalide o referido contrato, não logrando êxito, portanto, na impugnação das provas produzidas pela embargada-apelada.Considerando que o embargante não provou a má-fé ou ausência do cumprimento do contrato pela embargada, devido o pagamento pela prestação de serviços, nos moldes descritos no contrato anexado às fls. 22/30.Nesse sentido, trago à colação os seguintes julgados:ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA. CONTRATO ADMINISTRATIVO SEM PRÉVIA LICITAÇÃO. EFETIVA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO CONSTATADA PELO TRIBUNAL A QUO. INDENIZAÇÃO CABÍVEL. SÚMULA 7/STJ. HONORÁRIOS REDUÇÃO. SÚMULA 7/STJ.1. Segundo jurisprudência pacífica desta Corte, ainda que o contrato realizado com a Administração Pública seja nulo, por ausência de prévia licitação, o ente público não poderá deixar de efetuar o pagamento pelos serviços prestados ou pelos prejuízos decorrentes da administração, desde que comprovados, ressalvada a hipótese de má-fé ou de ter o contratado concorrido para a nulidade. 2. Não há como alterar as conclusões obtidas pelo Tribunal de origem que, com base nas provas dos autos, entendeu ter havido a efetiva prestação do serviço por parte da autora. Incidência da Súmula 7/STJ. 3. Não sendo o caso de valor exorbitante, ante o arbitramento dos



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

honorários em 10% (dez por cento) do valor da causa, não cabe a esta Corte modificar o decisório sem incursionar no substrato fático-probatório dos autos. Súmula 7/STJ. 4. Agravo regimental não-provido. (STJ, AgRg no Ag 1056922/RS, Segunda Turma, Relator: Ministro Mauro Campbell Marques, Dje 11/03/2009)-grifei- O recorrente insurge-se ainda contra a verba honorária fixada pelo magistrado de primeiro grau na quantia de 10% (dez por cento) do valor da causa nos termos do art.20 do CPC, *in verbis*: É assente na doutrina e na jurisprudência pátrias que os honorários advocatícios devem representar um valor que ressalte a dignidade do trabalho prestado, sem, todavia, ensejar o enriquecimento sem causa. *In casu*, vislumbro que as peças apresentadas em juízo exigiram forçoso trabalho jurídico, incluindo organização de documentos, redação de peças, dentre outros. No caso *sub judice*, levando-se em conta as peculiaridades da presente demanda e à luz dos requisitos previstos no §3º do art.20 do CPC, vislumbro que a verba sucumbencial fixada no *decisium* guerreado merece ser mantida

Unanimemente, negou-se provimento ao recurso.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo n. 280553-4 em que figura como recorrente Município do Cabo de Santo Agostinho e como recorrida Climatec-Refrigeração Ambiental e Industrial Ltda,

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, **em negar provimento ao recurso**, tudo de conformidade com a ementa, o relatório e o voto, que passam a integrar este aresto.

Recife, 29/05/14

Des. Antenor Cardoso Soares Junior
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

98.

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO N. 0003713-48.2007.8.17.0370 (0280553-4)

RECORRENTE: Município do Cabo de Santo Agostinho

PROCURADORA: Natália Augusta Sampaio Silva

RECORRIDA: Climatec Refrigeração Ambiental e Industrial Ltda

ADVOGADO: Arisson Coutinho Reis

RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Junior

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo em Apelação interposto pelo Município do Cabo de Santo Agostinho/PE contra decisão terminativa que negou seguimento à Apelação Cível n. 280553-4.

Em suas razões, o recorrente repete os mesmos argumentos expostos em seu recurso de apelação, a saber, argui preliminarmente, ter havido cerceamento de seu direito de defesa pois, não lhe foi possibilitada a produção de qualquer prova em audiência. Argumenta que, com o julgamento antecipado da lide, não teve oportunidade de provar, através de testemunhas que exerciam atividades perante as unidades de saúde do Município do Cabo de Santo Agostinho, a inexecução dos serviços descritos nas notas fiscais que embasaram o processo executório.

Aduz não existir título judicial reconhecendo o direito da apelada e lhe conferindo segurança jurídica, razão pela qual, impedir, em sede de embargos, a possibilidade de produção de prova testemunhal enuncia a extrema gravidade da nulidade. Pugna, então, o apelante pelo reconhecimento do *error in procedendo*, devendo-se anular a sentença combatida, determinando a remessa dos autos ao juízo originário para a devida instrução processual.

Ademais, argumenta o recorrente que, com base em título executivo extrajudicial, deveria a parte autora ter intentado a competente ação de conhecimento para obtenção da sentença, único título hábil, segundo expressa disposição constitucional, para possibilitar a expedição do precatório requisitório. Requer, portanto, a reforma da sentença, para que, sejam julgados procedentes os embargos e, via de consequência, seja indeferida a petição inicial da Ação de Execução n. 0002534-16.2006.8.17.0370 em virtude da inadequação da via eleita.

Sustenta o apelante que se deve excluir da execução quaisquer valores que excedam os limites contratuais constantes dos autos, de modo a limitar as notas fiscais ao valor de R\$ 18.750,00 (dezoito mil, setecentos e cinquenta reais), por ser o limite contratual previsto para a prestação de serviços contratados. Ademais, aduz serem totalmente indevidos os juros aplicados pela parte embargada nos termos da planilha acostada, o que representa um valor excedente de R\$ 9.295,74 (nove mil, duzentos e noventa e cinco reais e setenta e quatro centavos).

O recorrente insurgiu-se ainda contra a sua condenação ao pagamento de honorários advocatícios, estabelecidos no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, pois acredita tratar-se de valor exacerbado.

Não acolhendo esta Relatoria a insurgência do ora recorrente, por razões adiante demonstradas, prejudicada a retratação, coloco o processo em mesa, para julgamento.

É o relatório.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

VOTO

Não assiste razão ao recorrente, haja vista os fundamentos esposados serem insuficientes para modificar a decisão monocrática prolatada. Desta feita, para evitar repetição de argumentos, mantenho a decisão terminativa proferida, razão pela qual faço remissão, para que faça parte integrante da presente decisão (fls.77/78 dos autos da Apelação Cível n.280553-4).

XX

Diante de todo exposto, NEGO PROVIMENTO ao recurso, para que seja mantida a decisão terminativa concedida no bojo da Apelação Cível n.280553-4.É como voto.

Recife, 29/05/14


Des. Antenor Cardoso Soares Junior
Relator